

A empregabilidade como racionalidade formativa do neoliberalismo: educação profissional e produção de subjetividades

Employability as the formative rationality of neoliberalism: vocational education and the production of subjectivities

La empleabilidad como racionalidad formativa del neoliberalismo: la educación profesional y la producción de subjetividades

DOI: 10.54901/educa.v9-490

Prof. Dr. Eduardo Danilo Ribeiro dos Santos Ravagnani¹
Profª. Dra. Maria Simone Ferraz Pereira²

RESUMO: A empregabilidade consolidou-se como uma das categorias centrais das políticas contemporâneas de educação profissional, orientando reformas educacionais, programas de qualificação e discursos voltados à inserção da juventude no mercado de trabalho. Este artigo analisa a empregabilidade para além de sua dimensão instrumental, compreendendo-a como uma racionalidade formativa própria do neoliberalismo. Parte-se da hipótese de que a empregabilidade deixou de constituir apenas um objetivo das políticas de educação profissional para converter-se em um princípio organizador que redefine as finalidades da educação, reorganiza a relação entre escola e trabalho e participa da produção de subjetividades orientadas pela concorrência, pela adaptação permanente e pela responsabilização individual. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, que articula contribuições da tradição crítica da educação, da sociologia do trabalho e da teoria social contemporânea. O percurso analítico reconstrói a transformação histórica da qualificação profissional até a consolidação da empregabilidade como categoria estruturante das políticas educacionais, discutindo suas relações com a reestruturação produtiva, a teoria do capital humano e a racionalidade neoliberal. Os resultados indicam que a empregabilidade opera simultaneamente como categoria política e pedagógica, legitimando a subordinação da educação profissional às exigências do mercado e deslocando para os indivíduos responsabilidades associadas às transformações estruturais do trabalho. Conclui-se que a centralidade da empregabilidade redefine o papel da educação profissional, reduzindo sua função social à preparação de sujeitos permanentemente adaptáveis às demandas econômicas e tensionando perspectivas de formação humana integral e emancipatória.

Palavras-chave: empregabilidade; educação profissional; neoliberalismo; políticas educacionais; subjetividade.

¹Doutor em Educação, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: eduardo.danilo.ravagnani@educacao.mg.gov.br

²Doutora em Educação, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: msimonefp@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a empregabilidade consolidou-se como uma das categorias mais recorrentes no vocabulário das políticas educacionais voltadas à educação profissional. Incorporada a documentos normativos, reformas curriculares, programas governamentais e organismos multilaterais, ela passou a justificar a ampliação da formação técnica, a reorganização dos currículos e a aproximação entre escola e mercado de trabalho. A qualificação profissional, tradicionalmente associada à preparação para o exercício de determinadas ocupações, passou a ser progressivamente redefinida como estratégia para aumentar a capacidade dos indivíduos de competir por oportunidades em mercados de trabalho caracterizados pela flexibilidade, pela instabilidade e pela intensificação da concorrência. Nesse contexto, a empregabilidade deixou de representar apenas um possível resultado da escolarização para converter-se em referência central na formulação das políticas contemporâneas de educação profissional.

A difusão dessa categoria, entretanto, não constitui um fenômeno meramente técnico nem resulta exclusivamente das transformações ocorridas na organização do trabalho. Sua ascensão acompanha a consolidação de uma racionalidade política que redefine o papel do Estado, reorganiza as finalidades da educação e desloca progressivamente para os indivíduos a responsabilidade pela sua inserção e permanência no mercado de trabalho. Em vez de assegurar condições estruturais de acesso ao emprego, as políticas educacionais passam a enfatizar o desenvolvimento permanente de competências, habilidades e atitudes consideradas necessárias para enfrentar a competição econômica. A educação formal deixa de ser apresentada prioritariamente como direito social e passa a ser legitimada por sua capacidade de produzir sujeitos adaptáveis às exigências da economia contemporânea.

Essa transformação tem profundas implicações para a compreensão da educação profissional. Se, durante grande parte do século XX, os debates concentravam-se na relação entre qualificação da força de trabalho e desenvolvimento econômico, o avanço das reformas neoliberais deslocou o foco para a constituição de trabalhadores permanentemente responsáveis por administrar sua própria trajetória ocupacional. A educação passa a ser concebida como investimento contínuo, enquanto o sucesso ou o fracasso profissional tendem a ser atribuídos, cada vez mais, à capacidade individual de atualização, adaptação e aprendizagem permanente. A empregabilidade converte-se, assim, em uma categoria que ultrapassa o campo das relações de trabalho e passa a reorganizar as próprias finalidades da escolarização.

Apesar da ampla disseminação desse discurso, observa-se que parte significativa da literatura educacional ainda aborda a empregabilidade predominantemente como objetivo das políticas de educação profissional ou como indicador de sua efetividade. São frequentes os estudos que investigam os impactos da formação técnica sobre a inserção ocupacional dos egressos, a adequação dos currículos às demandas produtivas ou a relação entre escolarização e empregabilidade. Em menor número, contudo, encontram-se pesquisas que problematizam a própria categoria da empregabilidade, examinando-a como construção histórica, política e ideológica capaz de reorganizar as formas pelas quais a educação, o trabalho e a juventude passam a ser concebidos nas sociedades contemporâneas.

É precisamente nessa lacuna que se insere o presente artigo. Parte-se da hipótese de que a empregabilidade deixou de constituir apenas um objetivo das políticas de educação profissional para converter-se em um **princípio formativo do neoliberalismo**, reorganizando currículos, discursos, políticas educacionais e processos de produção de subjetividades. Argumenta-se que sua centralidade não decorre apenas das transformações do mercado de trabalho, mas da consolidação de uma racionalidade que redefine a função social da escola ao subordinar a formação das novas gerações às exigências da competitividade, da flexibilidade e da adaptação permanente.

A análise desenvolvida fundamenta-se em pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa. O estudo articula contribuições da tradição crítica da educação, da sociologia do trabalho e da teoria social contemporânea, dialogando, entre outros, com Ball, Laval, Dardot, Chauí, Saviani, Kuenzer, Antunes, Gentili, Harvey, Bauman e Frigotto. Em vez de compreender a empregabilidade como conceito isolado, busca-se reconstruir sua constituição histórica, identificando as transformações ocorridas na organização do trabalho, nas formas de intervenção estatal e nas políticas educacionais que possibilitaram sua consolidação como categoria estruturante da educação profissional.

A principal contribuição deste estudo consiste em deslocar o foco analítico da avaliação dos resultados da empregabilidade para a investigação de sua racionalidade. Ao tratá-la como princípio formativo, procura-se demonstrar que as políticas contemporâneas de educação profissional não apenas respondem às mudanças do mercado de trabalho, mas participam ativamente da produção de novas formas de subjetivação da juventude, difundindo concepções de autonomia, responsabilidade individual e aprendizagem permanente compatíveis com a racionalidade neoliberal. Sob essa perspectiva, a empregabilidade deixa de representar apenas uma estratégia de inserção ocupacional para revelar-se como uma categoria política que reorganiza as finalidades da educação e redefine as relações entre escola, trabalho e sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da empregabilidade como categoria estruturante das políticas contemporâneas de educação profissional exige situá-la em um quadro teórico mais amplo, no qual se articulam as transformações do capitalismo, a difusão da racionalidade neoliberal e a redefinição das finalidades da educação. Nessa perspectiva, a empregabilidade não é tomada como conceito neutro ou como simples indicador de inserção ocupacional, mas como categoria produzida historicamente, cuja constituição está associada às mudanças nas formas de organização do trabalho, na atuação do Estado e nas políticas educacionais.

Um dos referenciais fundamentais para compreender essa construção é a Teoria do Capital Humano, desenvolvida por Schultz (1973) e posteriormente aprofundada por Becker (1993). Essa perspectiva parte da premissa de que a educação constitui um investimento capaz de ampliar a produtividade dos indivíduos e gerar retornos econômicos tanto para as pessoas quanto para a sociedade. O conhecimento escolar deixa de ser compreendido apenas como bem cultural ou direito social e passa a ser concebido como ativo econômico, cuja acumulação favoreceria o crescimento da renda individual e o desenvolvimento econômico. A partir dessa concepção, a escolarização assume centralidade nas estratégias de desenvolvimento e a formação profissional passa a ser justificada por sua capacidade de elevar a eficiência da força de trabalho.

Embora a Teoria do Capital Humano tenha contribuído para ampliar a valorização da educação nas políticas públicas, diversos autores apontam seus limites explicativos. Ao estabelecer uma relação direta entre escolarização e sucesso ocupacional, essa perspectiva tende a reduzir a complexidade das relações entre educação e trabalho, atribuindo peso predominante às características individuais e conferindo menor atenção às determinações estruturais que condicionam o acesso ao emprego e às oportunidades de inserção profissional. É nesse contexto que emerge a noção de empregabilidade, deslocando progressivamente o foco da existência de postos de trabalho para a capacidade individual de obtê-los e mantê-los.

A consolidação da empregabilidade encontra respaldo na racionalidade neoliberal, compreendida por Dardot e Laval (2016) não apenas como um conjunto de políticas econômicas, mas como uma forma de organização da vida social baseada na generalização da lógica concorrencial. Para esses autores, o neoliberalismo produz formas específicas de governo das condutas ao difundir a competição como princípio regulador das relações sociais. O indivíduo passa a ser permanentemente incentivado a gerir sua própria trajetória, investindo

continuamente em suas capacidades e assumindo a responsabilidade pelos resultados alcançados em diferentes esferas da vida.

Nessa perspectiva, a educação adquire papel estratégico na produção de sujeitos adaptáveis às exigências da concorrência permanente. Laval (2019) observa que a escola passa a incorporar princípios próprios da racionalidade empresarial, privilegiando critérios como desempenho, eficiência, flexibilidade e resultados mensuráveis. A lógica da formação integral cede espaço à valorização de competências consideradas relevantes para responder às demandas do mercado, deslocando o eixo da educação do desenvolvimento humano para a preparação de indivíduos capazes de administrar continuamente sua própria inserção profissional.

Ball (2020) amplia essa compreensão ao analisar as transformações contemporâneas das políticas educacionais. Segundo o autor, a difusão de mecanismos de performatividade, responsabilização e gestão por resultados integra um processo mais amplo de reorganização das políticas públicas, marcado pela crescente participação de atores privados, organismos internacionais e redes globais de governança. Nesse contexto, categorias como qualidade, eficiência, inovação e competências passam a orientar reformas curriculares e modelos de gestão escolar, aproximando progressivamente a educação das formas de funcionamento do mercado.

A compreensão dessas transformações também requer considerar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Harvey (2022) identifica, a partir da transição para o regime de acumulação flexível, profundas alterações nas formas de organização da produção, caracterizadas pela intensificação da inovação tecnológica, pela flexibilização dos processos produtivos e pela reorganização das relações de trabalho. Antunes (2009) demonstra que esse movimento amplia a heterogeneidade das formas de contratação, intensifica a precarização do trabalho e produz trajetórias ocupacionais marcadas pela instabilidade. Em cenário semelhante, Bauman (2001) interpreta a modernidade contemporânea como condição de permanente fluidez, na qual vínculos profissionais, identidades e projetos individuais tornam-se continuamente provisórios.

No campo educacional, essas transformações repercutem na crescente valorização das competências individuais e da aprendizagem permanente. Chauí (2014) identifica esse processo como expressão da ideologia da competência, segundo a qual diferenças sociais passam a ser legitimadas pela suposta capacidade individual de mobilizar conhecimentos e habilidades. A competência converte-se em critério de reconhecimento e diferenciação social, deslocando para os indivíduos a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso e obscurecendo os condicionantes históricos e estruturais das desigualdades.

A tradição crítica da educação brasileira oferece importantes contribuições para problematizar essa perspectiva. Saviani (2008) compreende a educação como prática social voltada à apropriação do patrimônio cultural historicamente produzido pela humanidade, ressaltando que sua finalidade ultrapassa a preparação imediata para o exercício de atividades produtivas. Em sentido convergente, Frigotto (2001) defende que a relação entre educação e trabalho deve ser compreendida em sua totalidade histórica, evitando interpretações que subordinem a formação escolar às necessidades imediatas do mercado. Gentili (2002) acrescenta que as reformas educacionais orientadas pelo neoliberalismo tendem a redefinir a educação segundo critérios de eficiência econômica, enquanto Kuenzer (2006) demonstra que tais transformações repercutem diretamente na organização da educação profissional, especialmente pela valorização de currículos flexíveis, da formação por competências e da adaptação permanente às demandas produtivas.

Consideradas em conjunto, essas contribuições permitem compreender a empregabilidade como categoria analítica que articula dimensões econômicas, políticas, sociais e educacionais. Mais do que designar a capacidade de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, a empregabilidade expressa uma forma específica de compreender as relações entre educação e trabalho, orientada pela valorização da competitividade, da responsabilidade individual e da aprendizagem contínua. É a partir desse referencial que o presente estudo examina a constituição da empregabilidade como princípio organizador das políticas contemporâneas de educação profissional, buscando compreender os pressupostos teóricos que sustentam sua difusão e seus desdobramentos para a educação.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, orientada pela perspectiva crítico-dialética. A opção por esse delineamento decorre do objetivo de compreender a empregabilidade não como um conceito técnico ou descritivo, mas como uma categoria historicamente constituída, cuja consolidação resulta de processos econômicos, políticos e educacionais associados às transformações do capitalismo contemporâneo e à difusão da racionalidade neoliberal.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir da análise de obras e produções acadêmicas consideradas referenciais para a compreensão das relações entre trabalho, educação e neoliberalismo. O corpus teórico foi constituído por autores que representam diferentes tradições analíticas, abrangendo a Teoria do Capital Humano (Schultz; Becker), os estudos

sobre neoliberalismo e governamentalidade (Dardot; Laval; Ball), a sociologia crítica do trabalho (Harvey; Antunes; Bauman) e a tradição crítica da educação brasileira (Saviani; Frigotto; Gentili; Kuenzer; Chauí). A seleção das obras considerou sua relevância para a constituição do debate teórico acerca da empregabilidade e sua influência na produção científica sobre políticas educacionais e educação profissional.

Do ponto de vista metodológico, a investigação não se restringiu à descrição das contribuições dos autores analisados. Adotou-se um procedimento de análise teórico-conceitual, buscando identificar aproximações, tensões e complementaridades entre os diferentes referenciais, com vistas à reconstrução da trajetória histórica e política da categoria empregabilidade. Nessa perspectiva, os textos foram examinados considerando seus pressupostos teóricos, o contexto histórico de sua produção e as categorias analíticas mobilizadas para interpretar as transformações nas relações entre educação, trabalho e Estado.

A análise fundamenta-se na compreensão de que as categorias teóricas constituem construções históricas e sociais, não podendo ser dissociadas das condições materiais que lhes conferem sentido. Assim, a empregabilidade é examinada como expressão de uma racionalidade política que reorganiza as finalidades da educação profissional, deslocando progressivamente o eixo das políticas educacionais da garantia do direito à educação para a formação de sujeitos capazes de responder às exigências da competitividade e da adaptação permanente.

Desse modo, a pesquisa busca produzir uma síntese interpretativa do debate teórico contemporâneo sobre a empregabilidade, evidenciando os fundamentos conceituais que sustentam sua incorporação às políticas de educação profissional e oferecendo um referencial analítico para a compreensão de sua centralidade nas reformas educacionais das últimas décadas.

4 A EMPREGABILIDADE COMO PRINCÍPIO FORMATIVO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS

A empregabilidade ocupa atualmente posição central na formulação das políticas de educação profissional em diferentes países. Documentos governamentais, organismos multilaterais e reformas educacionais passaram a utilizá-la como referência para justificar mudanças curriculares, reorganização da oferta formativa e aproximação entre educação e mercado de trabalho. A recorrência dessa categoria produziu um efeito de naturalização: frequentemente a empregabilidade é apresentada como objetivo evidente da educação

profissional, tornando-se pouco problematizada enquanto construção histórica e política. Entretanto, compreender sua centralidade exige ultrapassar interpretações que a reduzem a um atributo individual ou a um simples indicador de inserção ocupacional.

A difusão da empregabilidade está associada à consolidação de uma nova racionalidade de governo. Conforme argumentam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não pode ser compreendido apenas como conjunto de políticas econômicas voltadas à liberalização dos mercados ou à diminuição da intervenção estatal. Trata-se de uma racionalidade que reorganiza o funcionamento das instituições, redefine formas de governo e produz novos modos de subjetivação. Seu princípio estruturador deixa de ser a garantia de direitos coletivos para privilegiar a concorrência como norma geral da vida social. Nesse contexto, indivíduos, organizações e políticas públicas passam a ser continuamente avaliados segundo critérios de desempenho, eficiência e competitividade.

Essa racionalidade modifica profundamente o papel atribuído à educação. A escola deixa de ser concebida exclusivamente como instituição responsável pela transmissão do conhecimento socialmente produzido para assumir funções relacionadas à preparação de sujeitos capazes de responder às demandas de economias permanentemente instáveis. O processo educativo passa a ser orientado por categorias como competências, inovação, flexibilidade, aprendizagem contínua e capacidade de adaptação, deslocando o foco da formação para a constituição de indivíduos aptos a gerir sua própria inserção profissional.

Ball (2020) observa que as reformas educacionais contemporâneas operam precisamente por meio da incorporação dessa gramática empresarial no interior das políticas públicas. A linguagem da qualidade, dos resultados, da eficiência e das competências substitui progressivamente categorias tradicionalmente associadas ao direito à educação, reorganizando os próprios critérios de legitimidade das reformas educacionais. Nesse cenário, a empregabilidade deixa de representar apenas um possível efeito da escolarização para converter-se em um dos principais parâmetros utilizados para definir a relevância social da educação profissional.

Essa mudança possui consequências que ultrapassam o campo da organização curricular. Ao estabelecer a inserção no mercado de trabalho como principal finalidade da formação, as políticas educacionais passam a produzir determinada compreensão acerca da função social da escola. A qualidade da educação tende a ser medida pela capacidade de preparar trabalhadores competitivos, enquanto a formação científica, cultural e política passa a ser frequentemente subordinada às exigências da produtividade econômica. A educação profissional deixa de ser compreendida prioritariamente como espaço de formação humana para

assumir, cada vez mais, a condição de instrumento de ajuste da força de trabalho às transformações do sistema produtivo.

A literatura crítica da educação brasileira tem problematizado esse deslocamento sob diferentes perspectivas. Saviani (2008) demonstra que a organização histórica dos sistemas educacionais sempre esteve vinculada às formas de divisão social do trabalho, produzindo uma dualidade que destina às classes trabalhadoras uma formação predominantemente funcional. Frigotto (2001), por sua vez, argumenta que as reformas educacionais orientadas pela lógica do mercado subordinam a formação às necessidades da acumulação capitalista, reduzindo o trabalho à dimensão produtiva e enfraquecendo seu potencial como princípio educativo. Kuenzer (2006) amplia essa crítica ao demonstrar que a educação profissional contemporânea tende a privilegiar processos de certificação e desenvolvimento de competências imediatamente demandadas pelo mercado, reforçando formas de inclusão subordinada da juventude trabalhadora.

Nesse contexto, a empregabilidade passa a exercer papel estratégico. Mais do que justificar políticas voltadas à ampliação da formação técnica, ela reorganiza as expectativas dirigidas aos próprios estudantes. O sucesso profissional deixa de depender prioritariamente das condições estruturais do mercado de trabalho para ser apresentado como consequência do investimento contínuo realizado por cada indivíduo em sua qualificação. A instabilidade do emprego, a precarização das relações laborais e a intensificação da concorrência deixam de aparecer como problemas coletivos e passam a ser reinterpretadas como desafios pessoais que exigem constante aperfeiçoamento das competências individuais.

Essa lógica se aproxima daquilo que Dardot e Laval (2016) denominam produção do sujeito unitário. O trabalhador é continuamente convocado a administrar sua trajetória profissional como um empreendimento permanente, investindo em sua formação, ampliando seu repertório de competências e assumindo integralmente os riscos decorrentes das transformações econômicas.

Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irredutível do desejo que o constitui. As grandes proclamações a respeito da importância do “fator humano” que pululam na literatura da neogestão devem ser lidas à luz de um novo tipo de poder; não se trata mais de reconhecer que o homem no trabalho continua a ser um homem, que ele nunca se reduz ao status de objeto passivo; trata-se de ver nele o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. O sujeito unitário é o sujeito do envolvimento total de si mesmo. A vontade de realização pessoal, o projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o “colaborador” da empresa, enfim, o *desejo* com todos os nomes que se queira dar a ele é o alvo do novo poder. O ser desejante não é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o

substituto dos dispositivos de direção das condutas. Porque o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer *distância* entre o indivíduo e a empresa que o emprega. (Dardot; Laval, 2016. p. 327).

A educação profissional converte-se, nessa ótica, em espaço privilegiado de produção desse novo sujeito, difundindo valores relacionados à autonomia, à iniciativa, à competitividade e à responsabilização individual.

É justamente nesse ponto que a empregabilidade ultrapassa a condição de conceito vinculado ao mercado de trabalho e adquire natureza propriamente pedagógica. Ela deixa de indicar apenas a possibilidade de obtenção de emprego para constituir um princípio formativo que orienta currículos, políticas educacionais e concepções de juventude. A escola passa a formar sujeitos não apenas para exercer determinadas profissões, mas para adaptar-se continuamente às exigências de mercados caracterizados pela flexibilidade e pela incerteza. Em consequência, a aprendizagem permanente deixa de representar oportunidade de desenvolvimento humano e transforma-se em requisito permanente de permanência na competição econômica.

Sob essa perspectiva, compreender a empregabilidade exige deslocar a análise dos resultados produzidos pelas políticas de educação profissional para as racionalidades que orientam sua formulação. Antes de avaliar se determinada política amplia ou não as possibilidades de inserção ocupacional dos estudantes, torna-se necessário investigar como essa categoria reorganiza as próprias finalidades da educação. Essa mudança de enfoque constitui o ponto de partida deste artigo e permite compreender a empregabilidade não apenas como objetivo das políticas educacionais, mas como um dos principais princípios formativos do neoliberalismo contemporâneo.

5 DA QUALIFICAÇÃO AO PARADIGMA DA EMPREGABILIDADE: A TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA DA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

A compreensão da empregabilidade como princípio formativo das políticas educacionais contemporâneas exige situá-la no interior das transformações históricas da organização do trabalho e da própria concepção de qualificação profissional. A centralidade atualmente atribuída às competências, à aprendizagem permanente e à adaptação contínua dos trabalhadores não surgiu de forma espontânea, nem decorre exclusivamente das mudanças tecnológicas observadas nas últimas décadas. Trata-se do resultado de um longo processo de

reorganização das formas de produção capitalista, no qual diferentes regimes de acumulação redefiniram, sucessivamente, o perfil do trabalhador considerado socialmente desejável e, por consequência, a função atribuída à educação.

Conforme elucidam Antunes e Pinto (2017), durante grande parte do século XX, a produção industrial esteve estruturada sob os princípios do taylorismo e do fordismo. A chamada administração científica do trabalho, formulada por Frederick Taylor, buscava racionalizar a produção por meio da decomposição das tarefas, da padronização dos procedimentos e do controle rigoroso dos tempos e movimentos. A separação entre planejamento e execução permitiu intensificar a produtividade, mas também reduziu significativamente a autonomia dos trabalhadores, transformando o conhecimento sobre o processo produtivo em patrimônio da administração e não da força de trabalho.

Henry Ford amplia essa lógica ao incorporar a produção em massa baseada na linha de montagem. O aumento da produtividade passa a depender da especialização funcional, da repetição das tarefas e da sincronização dos processos industriais. Nesse modelo, a qualificação profissional correspondia à preparação para funções relativamente estáveis e delimitadas, desempenhadas em mercados de trabalho marcados pela predominância do emprego formal e de longa duração. A educação profissional respondia a essa organização produtiva formando trabalhadores para ocupações específicas, cujas competências permaneciam relativamente constantes ao longo da vida laboral.

[...] o taylorismo-fordismo colocou como horizonte à educação uma pragmática da especialização fragmentada. Uma educação moldada por uma pragmática técnica que direciona a qualificação do trabalho nos limites da coisificação e da fragmentação imposta pelo processo de trabalho capitalista [...]. A “escola ideal” para essa qualificação é a que promove o desmembramento entre conceito, teoria e reflexão (o trabalho intelectual), de um lado, e prática, aplicação e experimentação (o trabalho manual) de outro. Uma escola que, além disso, enaltece muito mais a prática, a aplicação e a experimentação em detrimento do conceito, da teoria e da reflexão. (Antunes; Pinto, 2017, p. 79).

O modelo taylorista-fordista entrou em crise a partir da década de 1970, em um contexto marcado pela desaceleração do crescimento econômico, pela internacionalização da produção, pela intensificação da concorrência e pelos avanços tecnológicos. Essas transformações impulsionaram um amplo processo de reestruturação produtiva, que alterou significativamente a organização do capitalismo e redefiniu as exigências dirigidas à força de trabalho. A especialização rígida, característica do paradigma fordista, passou a ceder lugar à valorização da polivalência, da capacidade de resolver problemas, do trabalho em equipe e da adaptação contínua às mudanças organizacionais. A estabilidade, anteriormente constitutiva das trajetórias

profissionais, foi progressivamente substituída pela mobilidade ocupacional, pela terceirização, pela intensificação da rotatividade e pela crescente precarização das relações de trabalho.

É nesse cenário que se consolida o modelo toyotista de produção, sustentado pelo princípio *just in time*, orientado para a produção sob demanda, a otimização dos processos produtivos e a eliminação de desperdícios. Entretanto, como observam Antunes e Pinto (2017), a transição para esse novo padrão de acumulação não representou apenas uma inovação tecnológica ou organizacional; ela implicou uma profunda transformação na própria concepção de trabalhador requerida pelo capitalismo contemporâneo. A lógica toyotista passou a exigir não apenas trabalhadores tecnicamente qualificados, mas indivíduos capazes de internalizar os valores da flexibilidade, da iniciativa, da autonomia e da adaptação permanente.

A reorganização da produção exigiu, portanto, uma correspondente reorganização da educação. A formação profissional deixou de concentrar-se exclusivamente na preparação para o desempenho de funções específicas e passou a privilegiar o desenvolvimento de competências comportamentais compatíveis com um mercado de trabalho cada vez mais instável e competitivo. Nesse contexto, o trabalhador deixa de ser concebido apenas como *homo faber* e passa a ser interpelado como empreendedor de si mesmo, responsável por gerir continuamente sua própria trajetória profissional. Conforme argumenta a literatura crítica sobre o neoliberalismo, a racionalidade toyotista projeta a empresa como modelo de organização da própria vida social, produzindo um "homem-empresa"; um sujeito permanentemente orientado pela flexibilidade, versatilidade, competitividade, desempenho e *accountability*, entendida como a responsabilização individual pelos próprios resultados.

Como observa Antunes (2009), essa transformação altera não apenas as formas de contratação, mas a própria experiência social do trabalho. A flexibilização torna-se princípio organizador das relações produtivas, deslocando para os indivíduos responsabilidades anteriormente compartilhadas por empresas e políticas públicas. O trabalhador deixa de ser preparado para exercer uma ocupação específica e passa a ser continuamente convocado a reconstruir sua trajetória profissional diante de mercados cada vez mais instáveis. A insegurança deixa de representar situação excepcional para converter-se em característica permanente da vida laboral.

É nesse contexto que a teoria do capital humano adquire nova relevância. Desenvolvida inicialmente por Theodore Schultz (1973) e aprofundada por Gary Becker (1993), essa perspectiva interpreta a educação como investimento capaz de aumentar a produtividade dos indivíduos e, conseqüentemente, seus rendimentos futuros. A escolarização passa a ser

concebida como forma de acumulação de um capital incorporado ao trabalhador, cuja valorização dependeria do investimento permanente em qualificação.

Embora formulada em contexto distinto daquele em que posteriormente se consolidaria o neoliberalismo, a teoria do capital humano forneceu importantes fundamentos para as reformas educacionais das décadas seguintes. Ao estabelecer relação direta entre educação, produtividade e crescimento econômico, contribuiu para deslocar a compreensão da escolarização de direito social para investimento individual. O valor da educação passou a ser medido, cada vez mais, por sua capacidade de produzir ganhos econômicos futuros, fortalecendo interpretações que subordinam a formação às exigências da competitividade.

Entretanto, conforme argumenta Gentili (2002), a empregabilidade não representa mera continuidade da teoria do capital humano. Há uma inflexão importante entre ambas. Enquanto a teoria do capital humano pressupunha que maiores investimentos em educação tenderiam a ampliar as oportunidades de inserção profissional em economias relativamente estáveis, a empregabilidade emerge justamente quando essa estabilidade deixa de existir. O emprego deixa de constituir promessa plausível para todos, sendo substituído pela ideia de que cabe ao indivíduo manter-se continuamente apto a disputar oportunidades em mercados caracterizados pela instabilidade e pela escassez.

Essa mudança possui profundas implicações para a educação profissional. A qualificação deixa de significar preparação para o exercício de determinada ocupação e passa a corresponder ao desenvolvimento permanente de competências consideradas úteis em diferentes contextos produtivos. A aprendizagem contínua, anteriormente compreendida como possibilidade de desenvolvimento pessoal, converte-se em exigência permanente de permanência na competição econômica. A formação profissional deixa de oferecer estabilidade e passa a preparar os sujeitos para administrar a própria instabilidade.

A passagem da qualificação para a empregabilidade expressa, portanto, uma alteração qualitativa na forma de compreender a relação entre educação e trabalho. A educação deixa de responder prioritariamente às necessidades de formação para ocupações específicas e passa a organizar-se em torno da produção de trabalhadores flexíveis, adaptáveis e permanentemente responsáveis por sua própria inserção ocupacional. Essa transformação constitui uma das expressões mais significativas da racionalidade neoliberal no campo educacional e fornece as bases para compreender por que a empregabilidade passou a ocupar posição central nas políticas contemporâneas de educação profissional.

Todavia, a consolidação desse paradigma não altera apenas as formas de qualificação da força de trabalho. Ela modifica, sobretudo, a maneira como os próprios sujeitos passam a

compreender seu papel na sociedade. A empregabilidade deixa de produzir apenas trabalhadores mais qualificados; passa a produzir indivíduos que interpretam a si mesmos como responsáveis permanentes por investir, gerir e atualizar seu próprio valor no mercado. É justamente essa dimensão subjetiva que será discutida na próxima seção.

6 A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NEOLIBERAIS: JUVENTUDE, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A PEDAGOGIA DA EMPREGABILIDADE

A consolidação da empregabilidade como princípio formativo das políticas contemporâneas de educação profissional não produz apenas novas formas de organizar currículos ou redefinir objetivos institucionais. Seu impacto mais profundo manifesta-se na constituição de novas formas de subjetividade. Ao deslocar a responsabilidade pela inserção ocupacional para o indivíduo, a empregabilidade altera a maneira como os jovens passam a compreender o trabalho, a educação e a si próprios, produzindo sujeitos permanentemente convocados a investir em sua própria valorização econômica.

Essa transformação representa uma das expressões mais significativas da racionalidade neoliberal. Conforme argumentam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não governa apenas por meio de reformas econômicas ou mudanças institucionais. Sua força reside na capacidade de produzir indivíduos que passam a orientar espontaneamente suas condutas segundo os princípios da concorrência, da eficiência e do desempenho. A competição deixa de constituir característica exclusiva dos mercados e converte-se em norma geral da vida social. O sujeito passa a administrar sua existência como um empreendimento permanente, submetendo continuamente suas escolhas, relações e projetos pessoais aos critérios de produtividade e valorização.

Nesse contexto, a educação profissional assume papel estratégico. Mais do que transmitir conhecimentos técnicos ou desenvolver competências específicas, ela passa a participar da formação de sujeitos compatíveis com essa nova racionalidade. A empregabilidade deixa de ser compreendida como simples consequência da formação escolar e transforma-se no horizonte normativo que orienta a própria experiência educativa. Aprender significa, cada vez mais, ampliar a capacidade de competir; qualificar-se passa a significar aumentar o próprio valor diante de mercados caracterizados pela instabilidade permanente.

Essa lógica produz uma alteração importante na forma como a juventude é concebida pelas políticas públicas. Historicamente, a condição juvenil foi associada ao processo de escolarização, à preparação para a vida adulta e à construção gradual da autonomia. Nas

políticas educacionais contemporâneas, entretanto, a juventude passa a ser frequentemente representada como capital em formação, cujo principal desafio consiste em tornar-se permanentemente empregável. A formação escolar deixa de ser compreendida apenas como etapa do desenvolvimento humano para assumir a função de preparar indivíduos aptos a administrar continuamente sua própria inserção econômica.

A noção de competência ocupa posição central nesse processo. Ao privilegiar capacidades como flexibilidade, iniciativa, criatividade, liderança, trabalho em equipe, comunicação e aprendizagem contínua, as políticas de educação profissional deslocam progressivamente o foco do conhecimento para os atributos comportamentais dos estudantes. Não se trata apenas de ensinar conteúdos, mas de produzir determinadas disposições subjetivas consideradas compatíveis com ambientes produtivos marcados pela inovação permanente e pela intensa competitividade.

Ball (2020) demonstra que essa transformação integra um processo mais amplo de empresarialização das políticas educacionais. A linguagem da gestão, dos resultados e das competências reorganiza o modo como a escola passa a compreender sua própria função. A educação deixa de ser legitimada prioritariamente por seu compromisso com a formação crítica dos sujeitos e passa a ser avaliada segundo sua capacidade de produzir indivíduos economicamente úteis, inovadores e permanentemente adaptáveis às exigências do mercado. A empregabilidade converte-se, assim, em um dos principais dispositivos de legitimação dessa reorganização.

Esse processo repercute diretamente sobre a experiência subjetiva dos jovens. A incerteza característica dos mercados contemporâneos deixa de ser interpretada como consequência das transformações estruturais do capitalismo e passa a ser incorporada como condição natural da vida profissional. Em vez de reivindicar estabilidade ou proteção social, espera-se que cada indivíduo desenvolva competências capazes de permitir sua constante adaptação às mudanças econômicas. A instabilidade transforma-se em atributo desejável; a flexibilidade converte-se em virtude; a permanente necessidade de atualização passa a ser compreendida como requisito normal da vida adulta.

Bauman (2001) identifica essa característica como uma das marcas fundamentais da modernidade líquida. Em uma sociedade marcada pela volatilidade das relações sociais, das ocupações e das instituições, os indivíduos são continuamente convocados a reconstruir suas identidades e trajetórias profissionais. A educação deixa de preparar para um percurso relativamente previsível e passa a formar sujeitos aptos a administrar a própria incerteza. A empregabilidade oferece precisamente a linguagem por meio da qual essa adaptação

permanente é apresentada como oportunidade de desenvolvimento pessoal, obscurecendo as condições estruturais que produzem a instabilidade do trabalho.

Marilena Chauí (2014), ao discutir a ideologia da competência, demonstra que essa valorização dos atributos individuais produz um importante efeito político: transforma desigualdades historicamente produzidas em diferenças aparentemente naturais de desempenho. O sucesso profissional passa a ser atribuído ao mérito, à iniciativa e ao esforço individual, enquanto o desemprego, a informalidade ou a exclusão tendem a ser interpretados como insuficiência de competências pessoais. A lógica meritocrática desloca a atenção das determinações estruturais para as características dos próprios indivíduos, contribuindo para legitimar formas de responsabilização compatíveis com a racionalidade neoliberal.

Antunes (2009) acrescenta que essa responsabilização ocorre simultaneamente à intensificação da precarização do trabalho. Quanto mais instáveis se tornam as relações laborais, maior é a exigência de permanente qualificação e atualização dos trabalhadores. A empregabilidade deixa de representar garantia de inserção ocupacional para converter-se em obrigação contínua de investimento em si mesmo. O trabalhador passa a administrar sua própria formação como estratégia de sobrevivência em mercados caracterizados pela insegurança e pela competição permanente.

A tradição crítica da educação oferece importante contraponto a essa perspectiva. Saviani (2008), Frigotto (2001) e Kuenzer (2006) defendem que a educação profissional deve articular trabalho, ciência, cultura e tecnologia em uma perspectiva de formação integral, comprometida com a emancipação dos sujeitos e não apenas com sua adaptação às exigências do mercado. Sob essa ótica, o trabalho constitui princípio educativo porque possibilita compreender criticamente as relações sociais que estruturam a produção da vida humana, e não simplesmente porque prepara para o exercício de determinadas ocupações.

A empregabilidade desloca esse horizonte formativo. Ao privilegiar a adaptação permanente às exigências econômicas, reduz progressivamente o espaço destinado à reflexão crítica sobre o próprio mundo do trabalho. A educação profissional passa a formar indivíduos preparados para responder às mudanças do mercado, mas nem sempre capazes de compreender as determinações históricas que produzem essas transformações. A formação tende a privilegiar a funcionalidade econômica em detrimento da autonomia intelectual e da participação democrática.

Compreendida sob essa perspectiva, a empregabilidade revela-se muito mais do que uma estratégia de inserção ocupacional. Ela constitui um dispositivo pedagógico por meio do qual a racionalidade neoliberal produz formas específicas de subjetivação, difundindo valores,

expectativas e modos de relação com o trabalho compatíveis com a lógica da concorrência. A juventude deixa de ser preparada apenas para exercer uma profissão e passa a ser continuamente educada para administrar sua própria condição de trabalhador em mercados cada vez mais instáveis.

Essa transformação permite compreender por que a empregabilidade adquiriu posição tão central nas políticas contemporâneas de educação profissional. Sua importância não decorre apenas da promessa de ampliar oportunidades de trabalho, mas da capacidade de reorganizar simultaneamente currículos, práticas pedagógicas e formas de constituição dos sujeitos. É justamente essa dimensão política da empregabilidade que será aprofundada na próxima seção, dedicada à análise de sua incorporação como categoria estruturante das políticas educacionais contemporâneas.

7 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EMPREGABILIDADE NAS POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A consolidação da empregabilidade como princípio formativo não se limita ao plano das ideias nem pode ser compreendida apenas como consequência das transformações ocorridas no mundo do trabalho. Sua força reside precisamente na capacidade de converter uma determinada interpretação da relação entre educação e trabalho em fundamento para a formulação das políticas públicas. Ao longo das últimas décadas, a empregabilidade deixou de constituir apenas uma categoria analítica ou um objetivo associado à formação profissional para tornar-se referência normativa que orienta reformas curriculares, programas governamentais e critérios de avaliação da educação.

Esse processo acompanha a crescente incorporação, pelas políticas educacionais, de uma linguagem fundada na eficiência, nas competências, na inovação e na adaptação às necessidades econômicas. A educação profissional passa a ser apresentada como instrumento estratégico para elevar a competitividade dos países, responder às transformações tecnológicas e preparar trabalhadores capazes de acompanhar as mudanças do mercado de trabalho. A formação escolar deixa de ser legitimada prioritariamente por sua contribuição para o desenvolvimento humano e para o exercício da cidadania, passando a ser justificada por sua capacidade de ampliar as oportunidades de inserção ocupacional dos indivíduos.

Essa reorganização não resulta exclusivamente da atuação dos sistemas nacionais de ensino. Conforme observa Ball (2020), a formulação das políticas educacionais contemporâneas ocorre em redes cada vez mais complexas, envolvendo organismos

internacionais, consultorias, fundações empresariais, centros de pesquisa e agentes privados que difundem diagnósticos, recomendações e modelos de gestão. A circulação internacional de determinadas categorias – como competências, aprendizagem ao longo da vida, empreendedorismo e empregabilidade – contribui para produzir relativa homogeneidade nos discursos educacionais, ainda que sua implementação assuma configurações distintas em diferentes contextos nacionais.

Entre essas categorias, a empregabilidade ocupa posição privilegiada porque articula, em uma mesma narrativa, educação, desenvolvimento econômico e responsabilidade individual. Ao apresentar a qualificação profissional como principal resposta às transformações do mercado de trabalho, ela permite conciliar demandas por crescimento econômico, modernização produtiva e ampliação das oportunidades educacionais sem questionar as condições estruturais que produzem desemprego, informalidade e desigualdade social. A política educacional passa a oferecer formação para competir, e não necessariamente condições para transformar as estruturas que organizam o trabalho.

Essa racionalidade modifica também os critérios utilizados para definir a qualidade da educação profissional. Em lugar de privilegiar exclusivamente a formação científica, tecnológica e cultural dos estudantes, amplia-se a valorização de indicadores relacionados à inserção ocupacional, ao atendimento das demandas empresariais, ao desenvolvimento de competências e à capacidade de adaptação dos egressos às transformações produtivas. A efetividade das políticas tende a ser medida pela aproximação entre educação e mercado de trabalho, reforçando uma compreensão instrumental da escolarização.

Gentili (2002) observa que esse deslocamento representa uma importante inflexão na forma como a educação passa a ser concebida nas reformas neoliberais. A promessa do pleno emprego, predominante em parte significativa do século XX, é gradativamente substituída pela promessa da empregabilidade. Não se assegura mais o acesso ao trabalho, mas a possibilidade de disputar continuamente oportunidades de inserção ocupacional. A responsabilidade pela trajetória profissional desloca-se das políticas de emprego para os próprios indivíduos, cuja formação passa a ser permanentemente apresentada como requisito para enfrentar a instabilidade do mercado.

Essa lógica repercute diretamente sobre a educação profissional. Currículos tornam-se mais flexíveis, competências socioemocionais passam a receber crescente atenção, práticas pedagógicas aproximam-se do universo empresarial e programas de formação enfatizam a necessidade de atualização permanente dos estudantes. A educação deixa de preparar

trabalhadores para ocupações relativamente estáveis e passa a formar sujeitos capazes de transitar por diferentes funções, reconstruindo continuamente seus percursos profissionais.

É importante reconhecer que essa reorganização não decorre exclusivamente de interesses econômicos imediatos. Ela responde, também, às transformações efetivamente ocorridas nos processos produtivos e às novas exigências tecnológicas impostas pela economia contemporânea. A incorporação de tecnologias digitais, a rápida obsolescência de conhecimentos e a reorganização permanente dos sistemas produtivos tornam insuficientes modelos de formação baseados exclusivamente na especialização rígida. O problema, entretanto, reside na forma como essas mudanças são interpretadas pelas políticas públicas. Ao reduzir a complexidade das transformações do trabalho à necessidade de desenvolvimento permanente da empregabilidade, desloca-se para os indivíduos a responsabilidade por enfrentar problemas cuja origem permanece estrutural.

Sob essa perspectiva, a institucionalização da empregabilidade nas políticas educacionais representa mais do que uma atualização dos objetivos atribuídos à educação profissional. Ela expressa a consolidação de uma racionalidade que redefine simultaneamente o papel do Estado, as finalidades da escola e as expectativas dirigidas à juventude. A educação passa a ser concebida como espaço privilegiado para a produção de trabalhadores permanentemente adaptáveis, enquanto a formação crítica tende a ser subordinada às exigências da competitividade econômica.

Essa transformação não elimina as tensões historicamente presentes na educação profissional. Ao contrário, atualiza-as sob novas formas. A disputa entre uma formação voltada à emancipação humana e outra orientada predominantemente pela adaptação às necessidades do mercado permanece no centro das políticas educacionais contemporâneas. A empregabilidade constitui uma das expressões mais significativas dessa disputa, pois sintetiza a passagem de uma concepção de educação fundada no direito social para outra progressivamente orientada pela lógica da concorrência.

É justamente essa contradição que permite compreender os limites da empregabilidade como fundamento das políticas de educação profissional. Se, por um lado, ela responde às exigências de economias em permanente transformação, por outro tende a reduzir a formação escolar à preparação funcional dos indivíduos para mercados de trabalho marcados pela instabilidade e pela desigualdade. A análise dessas limitações constitui o objeto da próxima seção.

8 A EMPREGABILIDADE E OS LIMITES DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A consolidação da empregabilidade como princípio organizador das políticas contemporâneas de educação profissional produziu importante deslocamento na forma como a relação entre educação e trabalho passou a ser concebida. Se, por um lado, essa racionalidade procura responder às transformações tecnológicas, à reorganização produtiva e à crescente instabilidade dos mercados de trabalho, por outro tende a restringir a compreensão da formação escolar aos imperativos da adaptação econômica. A educação deixa progressivamente de ser concebida como direito social voltado à formação integral dos sujeitos para ser legitimada por sua capacidade de ampliar a competitividade individual diante de mercados cada vez mais incertos.

Essa transformação revela uma contradição fundamental. Embora a empregabilidade seja frequentemente apresentada como estratégia para ampliar oportunidades de inserção profissional, sua lógica repousa sobre pressupostos que deslocam para os indivíduos responsabilidades cuja origem permanece estrutural. O desemprego, a informalidade, a rotatividade e a precarização das relações de trabalho passam a ser interpretados prioritariamente como insuficiência de competências individuais, obscurecendo fatores econômicos, políticos e sociais que condicionam a produção e a distribuição do emprego nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Nesse sentido, a empregabilidade produz uma inversão significativa da questão social. O problema deixa de ser a capacidade da economia de gerar trabalho digno para concentrar-se na capacidade dos indivíduos de tornarem-se continuamente empregáveis. A política pública deixa de interrogar as condições estruturais que produzem desemprego e desigualdade para enfatizar o investimento permanente na qualificação individual. A educação profissional passa a assumir, assim, uma função compensatória: em vez de enfrentar as determinações do mercado de trabalho, procura preparar os sujeitos para adaptar-se a elas.

Entretanto, como argumenta Antunes (2009), a flexibilização do trabalho não eliminou a precarização das relações laborais; ao contrário, ampliou sua complexidade. A intensificação da terceirização, da informalidade, da rotatividade e das formas atípicas de contratação demonstra que a ampliação da qualificação profissional, embora importante, não possui capacidade de alterar isoladamente a dinâmica de mercados profundamente marcados pela lógica da acumulação flexível. A promessa de empregabilidade convive, portanto, com um

contexto de crescente instabilidade ocupacional, no qual a atualização permanente das competências não assegura estabilidade nem proteção social.

Essa constatação evidencia que a empregabilidade opera menos como solução para os problemas do trabalho e mais como estratégia de administração de seus efeitos. Em vez de garantir emprego, oferece condições para disputar continuamente oportunidades de inserção profissional. O trabalhador permanece permanentemente convocado a investir em sua própria formação, sem que esse investimento produza, necessariamente, maior segurança ocupacional. A aprendizagem ao longo da vida, apresentada como possibilidade de desenvolvimento humano, converte-se em obrigação permanente de adaptação às exigências da concorrência.

Do ponto de vista educacional, essa racionalidade produz consequências igualmente significativas. A centralidade conferida às competências, à flexibilidade e à capacidade de adaptação tende a deslocar para segundo plano dimensões fundamentais da formação humana. A educação profissional passa a privilegiar aprendizagens imediatamente demandadas pelo mercado, reduzindo o espaço destinado à compreensão crítica do trabalho, das relações sociais e das determinações históricas que estruturam a produção da vida material. A escola aproxima-se progressivamente da lógica empresarial, reorganizando currículos, práticas pedagógicas e critérios de avaliação segundo parâmetros de eficiência e produtividade.

Essa tendência torna-se particularmente problemática quando se considera a historicidade das relações entre educação e trabalho. Como demonstram Saviani (2008), Frigotto (2001) e Kuenzer (2006), a educação profissional sempre esteve atravessada por disputas em torno de seus objetivos sociais. A tradição crítica da educação brasileira sustenta que o trabalho deve constituir princípio educativo na medida em que possibilita compreender os processos históricos de produção da existência humana, articulando ciência, cultura, tecnologia e formação política. A racionalidade da empregabilidade, entretanto, tende a reduzir esse horizonte ao privilegiar a funcionalidade econômica da formação, subordinando-a às necessidades imediatas da produção.

Essa redução produz efeitos importantes sobre a própria concepção de juventude. Ao atribuir aos jovens a responsabilidade permanente por investir em sua qualificação e administrar sua inserção ocupacional, reforça processos de individualização que obscurecem desigualdades estruturais de classe, raça, gênero e território. A promessa de igualdade de oportunidades é sustentada por uma lógica meritocrática segundo a qual o sucesso depende fundamentalmente do esforço individual, ainda que as condições concretas de acesso à educação, ao trabalho e à renda permaneçam profundamente desiguais.

Isso não significa negar a importância da educação profissional nem desconsiderar sua contribuição para ampliar possibilidades de inserção ocupacional. A formação técnica continua desempenhando papel estratégico no desenvolvimento econômico, na produção do conhecimento tecnológico e na ampliação das oportunidades educacionais. O problema reside na transformação da empregabilidade em fundamento exclusivo das políticas públicas, reduzindo a complexidade da formação humana a critérios de competitividade econômica e deslocando para os indivíduos responsabilidades que não podem ser compreendidas fora das condições estruturais do capitalismo contemporâneo.

Sob essa perspectiva, a principal limitação da empregabilidade não consiste em sua incapacidade de produzir trabalhadores qualificados, mas na forma como reorganiza o sentido da própria educação. Quando a preparação para o mercado passa a constituir finalidade predominante da escola, corre-se o risco de restringir a educação à condição de instrumento de gestão da força de trabalho, enfraquecendo sua dimensão crítica, democrática e emancipatória. A formação profissional deixa de preparar sujeitos capazes de compreender e transformar o mundo do trabalho para priorizar sua adaptação às exigências de mercados permanentemente instáveis.

É precisamente nesse ponto que se evidencia a necessidade de recolocar a educação profissional no horizonte do direito à educação e da formação integral. Reconhecer a importância do trabalho como dimensão constitutiva da existência humana não implica reduzir a escola à lógica da empregabilidade. Ao contrário, exige compreender que a formação para o trabalho somente adquire sentido emancipador quando articulada ao desenvolvimento científico, cultural, ético e político dos sujeitos. A educação profissional pode contribuir para a inserção ocupacional, mas não deve limitar-se a essa finalidade. Seu compromisso permanece vinculado à formação de cidadãos capazes de compreender criticamente as relações sociais e de participar da construção de formas mais democráticas e socialmente justas de organização do trabalho e da vida coletiva.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo partiu da constatação de que a empregabilidade se consolidou como uma das categorias mais recorrentes das políticas contemporâneas de educação profissional. Longe de representar apenas um objetivo associado à inserção ocupacional, argumentou-se que sua difusão expressa uma transformação mais profunda nas formas de compreender a relação entre educação, trabalho e juventude. A hipótese que orientou o estudo sustentava que a

empregabilidade deixou de constituir um resultado esperado da formação profissional para converter-se em um princípio formativo do neoliberalismo, reorganizando as finalidades da educação profissional e participando da produção de subjetividades compatíveis com a racionalidade concorrencial.

O percurso analítico desenvolvido permitiu demonstrar que a emergência da empregabilidade não pode ser compreendida de maneira isolada ou como simples resposta às transformações do mercado de trabalho. Sua consolidação resulta de um processo histórico que articula a reestruturação produtiva do capitalismo, a flexibilização das relações laborais, a difusão da teoria do capital humano e a expansão da racionalidade neoliberal para o interior das políticas educacionais. Nesse movimento, a educação profissional deixa de ser concebida prioritariamente como direito social orientado pela formação integral dos sujeitos para assumir, de forma crescente, a função de preparar trabalhadores capazes de adaptar-se continuamente às exigências de mercados marcados pela instabilidade, pela competitividade e pela permanente reconfiguração tecnológica.

A análise também evidenciou que a empregabilidade opera como categoria política e pedagógica. Política, porque redefine as prioridades das reformas educacionais, reorganiza as formas de intervenção do Estado e legitima políticas voltadas à aproximação entre educação e mercado. Pedagógica, porque orienta currículos, redefine expectativas acerca da formação da juventude e produz disposições subjetivas baseadas na autonomia individual, na responsabilização permanente e na adaptação contínua às exigências da concorrência. Mais do que qualificar trabalhadores, a empregabilidade participa da constituição de sujeitos que passam a compreender a própria trajetória profissional como responsabilidade exclusivamente individual.

Essa racionalidade produz importantes deslocamentos na compreensão da educação profissional. Ao privilegiar a preparação para a competição econômica, tende a reduzir a complexidade da formação humana às demandas imediatas do sistema produtivo, atribuindo centralidade ao desenvolvimento de competências consideradas economicamente úteis. Embora a aproximação entre educação e trabalho constitua dimensão historicamente relevante da formação profissional, sua subordinação quase exclusiva aos imperativos da empregabilidade restringe o alcance social da educação, obscurecendo sua função de promover a apropriação crítica do conhecimento, a participação democrática e a compreensão das relações sociais que estruturam o mundo do trabalho.

Ao mesmo tempo, o estudo demonstrou que a empregabilidade apresenta limites significativos como fundamento das políticas educacionais. A centralidade conferida ao

investimento individual em qualificação tende a deslocar para os sujeitos responsabilidades que permanecem condicionadas por fatores estruturais, como a dinâmica econômica, a organização do mercado de trabalho, as desigualdades sociais e as formas contemporâneas de precarização laboral. Nesse contexto, a promessa de empregabilidade não elimina as contradições do trabalho no capitalismo contemporâneo; antes, contribui para administrá-las por meio da produção de sujeitos permanentemente responsáveis por manter sua competitividade.

A principal contribuição deste artigo consiste, portanto, em propor um deslocamento analítico na forma de compreender a empregabilidade. Em vez de tratá-la exclusivamente como indicador de inserção ocupacional ou objetivo das políticas de educação profissional, buscou-se compreendê-la como uma categoria capaz de reorganizar racionalidades, práticas institucionais e processos formativos. Essa perspectiva permite ampliar o debate sobre as políticas educacionais contemporâneas, evidenciando que as reformas voltadas à educação profissional não apenas respondem às transformações do trabalho, mas participam ativamente da construção de novas formas de governar a educação e de produzir subjetividades.

Essa interpretação não implica negar a relevância da educação profissional quanto à sua importância para a ampliação das oportunidades educacionais e de inserção no mundo do trabalho. Ao contrário, reafirma a necessidade de fortalecer políticas públicas comprometidas com uma formação que articule trabalho, ciência, cultura e cidadania, preservando a educação como direito social e como espaço de desenvolvimento humano integral. O desafio consiste em reconhecer a importância da preparação para o trabalho sem reduzir a escola à função de produzir sujeitos permanentemente adaptáveis às demandas do mercado.

Por fim, considera-se que a abordagem aqui desenvolvida abre novas possibilidades para a pesquisa em políticas educacionais. Investigações que examinem a circulação internacional do discurso da empregabilidade, sua incorporação às reformas curriculares, seus efeitos sobre a formação docente e sua relação com outras categorias centrais do neoliberalismo – como empreendedorismo, inovação, competências e aprendizagem ao longo da vida – poderão aprofundar a compreensão das formas pelas quais a racionalidade neoliberal continua reconfigurando a educação profissional. Mais do que uma categoria vinculada ao mercado de trabalho, a empregabilidade revela-se um princípio organizador das políticas educacionais contemporâneas, cuja análise permanece fundamental para compreender as disputas em torno das finalidades da escola pública e da formação das novas gerações.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BALL, Stephen J. **Educação Global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECKER, Gary S. **Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. 3. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora**. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 45-59.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 34. ed. São Paulo: Loyola, 2022.

KUENZER, Acácia Zeneida. **A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 877-910, out. 2006.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.